

Departamento de Geografia
Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território

Cadernos de Geografia



Nº 30/31 - 2011/12

Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

O papel do Geógrafo no processo diferenciador de implementação de uma Agenda 21 Local: o caso da Figueira da Foz

A. M. Rochette Cordeiro

Departamento de Geografia e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
rochettecordeiro@fl.uc.pt

Cristina Barros

Bolseira de Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
cristinabarrros1@hotmail.com

Resumo:

O processo de elaboração das Agendas 21 Local dos 167 municípios portugueses que até ao momento o iniciaram, apresenta, em termos metodológicos e de objetivos, formas de atuação muito variadas, fruto da formação académica diferenciada das equipas responsáveis.

Com este artigo pretende-se salientar o papel assumido por uma equipa que é composta, no essencial, por geógrafos, e cujo objetivo final passa pela definição de um projeto estratégico de desenvolvimento e na concretização da revisão de um PDM. Neste sentido, assume-se a Geografia, como ciência associada à observação e ao estudo dos territórios, a diferentes escalas de análise, funcionando como catalisadora de ações de desenvolvimento sustentável, muito na sequência "do local ao global", filosofia que se encontra desde sempre associada aos princípios da Agenda 21 Local.

Deste modo, a forma como o geógrafo analisa os territórios deve ser crescentemente valorizada num contexto atual de complexidade e imprevisibilidade. A procura de instrumentos de caráter estratégico afigura-se como essencial na busca de respostas flexíveis e resilientes no sentido de tentar atenuar os constrangimentos existentes e potenciar as oportunidades de desenvolvimento.

Palavras-chave: Agenda 21 Local. Planeamento Estratégico. Investigação em Geografia. Figueira da Foz.

Resumé:

Le rôle du géographe dans le processus différenciateur d'exécution de l'Agenda 21 Local: Le cas de Figueira da Foz

Le processus de l'élaboration des Agendas 21 Local 167 municipalités portugaises, commencé jusqu'à ici par ces dernières, est présenté, en termes méthodologiques et d'objectifs, très varié, comme fruit de la formation académique différenciée des équipes responsables.

Cet article vise à accentuer le rôle endossé par une équipe qui est composée essentiellement des géographes et dont l'objectif passe pour la définition d'un projet stratégique de développement et de la concrétisation de la révision d'un Plan Directeur Municipal. Ainsi, la géographie est assumée en tant que la science associée à l'observation, à différentes échelles de l'analyse, fonctionnant comme le catalyseur d'actions de développement durable, principalement dans la séquence «de local à global», philosophie qui est toujours associée aux principes de l'Agenda 21 Local.

Dans ce sens, la forme dont la géographie analyse les territoires, doit être de plus en plus valorisée dans le contexte actuel de complexité et imprévisibilité. L'investigation des instruments avec le caractère stratégique semble essentielle pour la recherche des réponses flexibles et résilientes dans le sens de tenter d'atténuer les contraintes existantes et exploiter les opportunités de développement.

Mots-clés: Agenda 21 Local. Planification Stratégique. Recherche en géographie. Figueira da Foz.

Abstract:

The role of the geographer in a differentiator process of implementation a Local Agenda 21: The Case of Figueira da Foz

The development process of Local Agenda 21 of the 167 portuguese municipalities that have already initiated it, reveals quite different approaches in terms of methodology and final objectives, as a result of the different academic formation of the research teams.

This paper is intended to highlight the role played by a research group mostly composed of geographers, whose mission consists in the definition of a strategic project development and in the implementation of a review of a Municipal Master Plan. In this context, the Geography is assumed to be the science associated with the observation and analysis of the territories at different analysis scales, acting as catalyst for actions that aim the sustainable development, integrated in the principles "from local to global" that are characteristic of the Agenda 21 Local.

In this sense, the way a geographer analyzes the territories should be increasingly considered in the current context characterized by a tremendous complexity and unpredictability. The demand for instruments of strategic character seems to be essential in finding flexible and resilient answers in an effort to attenuate the existing constraints and to boost the development opportunities.

Keywords: Local Agenda 21. Strategic Planning. Research in Geography. Figueira da Foz.

Introdução

A Agenda 21 Local tem-se vindo a assumir como um importante instrumento na mobilização e participação dos cidadãos, a qual culmina com definição de prioridades e na formulação de um plano de ação para um desenvolvimento local sustentável. Corresponde a um programa de ação elaborado de uma forma participativa que visa um maior envolvimento entre poder local e agentes locais nas dinâmicas de desenvolvimento económico, social e ambiental, implicando a participação ativa dos múltiplos setores que constituem a sociedade civil (SCHMIDT *et al*, 2005).

Ao longo dos últimos anos, muitos municípios portugueses têm desenvolvido as suas Agendas 21 Local, sendo que estas assumem contornos muito diferenciados, consoante as equipas que as lideram, estando confinados, em muitos casos, apenas a aspetos de índole ambiental, negligenciando as outras vertentes da sustentabilidade plasmadas em diversos documentos sobre a temática do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, e valorizando o papel do geógrafo como elemento chave no processo de tomada de decisão nos mecanismos de planeamento, ordenamento e gestão dos territórios, foi proposto pela Autarquia da Figueira da Foz, a uma equipa de geógrafos, o desafio de desenvolver a sua "Agenda 21 Local". Tal desafio revestiu-se da maior importância uma vez que a Agenda 21 Local foi entendida, não como um instrumento isolado, mas como um primeiro momento de reflexão e formulação de estratégias de futuro, numa lógica de planeamento estratégico e articulado com os outros instrumentos de planeamento e ordenamento do território concelhio.

A Agenda 21 Local da Figueira da Foz, tem vindo a seguir um longo e participativo processo de definição do que deverá ser o Município nas próximas décadas, encontrando-se assente nos pressupostos da sustentabilidade, incluindo as questões ambientais, aspetos económicos, sociais, de boa governação e partilha de poder.

Este projeto, ao envolver os órgãos de poder local, os técnicos, os atores locais e os cidadãos, assume-se como uma oportunidade para que se venham a discutir os problemas, as oportunidades e as visões de futuro para o território municipal. O principal desafio é o da construção de um instrumento de planeamento estratégico, que se assumirá como um importante contributo para o incentivo da cidadania e participação, aumento dos níveis de confiança da população, potencializar recursos, definir ações de promoção da competitividade e sustentabilidade do Município, reforçar a qualidade de vida dos cidadãos, assim como, servir como base para a realização de um Plano Diretor Municipal de 2ª geração.

1. A Agenda 21 Local: contextualização e enquadramento geral

O novo paradigma de desenvolvimento económico e sociocultural passa necessariamente pela adoção de medidas e práticas que visem o uso racional dos recursos do planeta. De facto, foi a partir da década de 70 que a comunidade científica internacional começou a mobilizar-se para a discussão de problemas relacionados com a crescente procura de bens e serviços, apontando que o modelo predominante de desenvolvimento trouxe graves consequências ambientais, colocando

em causa o futuro das gerações vindouras. Os grandes desastres ecológicos ocorridos a partir desta década (como por exemplo o acidente industrial de Seveso em 1976, o acidente nuclear de Chernobyl em 1986 ou o derrame do petroleiro Exxon Valdez em 1989) colocaram as problemáticas ambientais no centro do debate, levando ao crescimento da consciência ambiental por todo o Mundo.

A atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) tem vindo a ser fundamental para a internacionalização do debate em torno destas problemáticas ambientais. Efetivamente, a noção de que o desenvolvimento suportado pelo crescente consumo dos recursos naturais não é sustentável num mundo finito, torna-se cada dia mais presente e, em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, foi lançado o alerta de que os limites de recursos naturais não comportam o ritmo de crescimento da população. Anos mais tarde foi apresentado o Relatório Brundtland (1987), elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, no qual foi reconhecido que a degradação ambiental é o resultado de forças que conduzem à desigualdade e pobreza, propondo uma análise integrada de ambiente e desenvolvimento. Foi neste relatório "O Nosso Futuro Comum" que se adotou o conceito de desenvolvimento sustentável, como o "desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades" (WCED, 1987).

Mas o grande passo para a Agenda 21 teve como gênese a Conferência do Rio de Janeiro de 1992, tendo como pano de fundo o "Ambiente e Desenvolvimento", e no qual cerca de 178 Estados participantes debateram a necessidade de uma urgente mudança comportamental, visando a preservação da vida no planeta Terra. A conjugação entre desenvolvimento económico e conservação ambiental passa assim a ser acordada num plano de ação para a sustentabilidade no século XXI, e que foi denominado de Agenda 21. A ideia fundamental deste documento era tornar possível a construção de um plano de ação assente num processo de planeamento participativo de índoles global, nacional e local, na procura de alternativas para um desenvolvimento equilibrado assente na preservação dos recursos naturais e na satisfação dos parâmetros da qualidade de vida para todos os cidadãos.

A Agenda 21 Local que surge no capítulo 28 desse documento, refere que muitos dos problemas e soluções referidas na Agenda 21 têm origem em problemas locais e que a participação e a cooperação das autoridades

locais constitui um fator determinante no cumprimento desses objetivos.

A Agenda 21 Local tem vindo então a ser encarada como um "processo participativo, multissetorial, cuja implementação deve assentar num plano de ação congregando as prioridades locais. Sendo um processo estratégico e de longo prazo, conduzido pelos executivos municipais que visa a melhoria da qualidade de vida das comunidades e integrando as vertentes social, económica e ambiental, tem como base uma microestrutura física e com administração própria, agendando os problemas locais a longo prazo e criando uma visão sustentável para o futuro da comunidade" (ICLEI, 2001).

Assumindo-se como um instrumento importante para a mobilização e participação dos cidadãos, a Agenda 21 Local nasce da constatação de que o nível local, por se encontrar mais próximo das comunidades, dos seus problemas e dos seus interesses e soluções, ganha uma importância acrescida na implementação do desenvolvimento sustentável a uma escala de maior proximidade, ou seja, ao nível local (WCED, 1992). Neste sentido, a Agenda 21 Local representa um meio de implementação para um território específico do conceito de desenvolvimento sustentável, na expectativa de que as autarquias trabalhem para esse fim em parceria com todos os atores da comunidade - cidadãos, associações, empresas (SCHMIDT *et al*, 2005).

Dois anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizou-se a 1ª Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis (1994), tendo sido promovida a discussão sobre a importância das cidades no desenvolvimento sustentável. É no reforço da abordagem local, em sincronia com os ideais promovidos pela Agenda 21, que se consubstanciou a "Carta de Aalborg", instrumento que surgiu desta conferência como um auxiliar das autoridades locais das cidades europeias, no caminho para o desenvolvimento sustentável. Neste documento, as cidades, vilas e unidades territoriais da Europa comprometem-se a desenvolver e implementar a sua própria Agenda 21 Local.

Um marco importante para a definição atual dos contornos da Agenda 21 Local foi a 4ª Conferência Europeia das Vilas e Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg no ano de 2004, onde foram definidos os Compromissos de Aalborg (Quadro I), os quais visavam uma delimitação estratégica das ações com vista à concretização de um desenvolvimento sustentável a nível local.

Em termos nacionais, a adoção por Portugal dos princípios de ação da Agenda 21, definidos na Conferência do Rio de Janeiro de 1992 sobre Ambiente e Desenvolvimento foi imediata, envolvendo os organismos da

Quadro I
Compromissos de Aalborg.

Compromissos de Aalborg	
1.	Governância
2.	Gestão Local para a Sustentabilidade
3.	Bens Comuns Naturais
4.	Consumos Responsável e Opções de Estilo de Vida
5.	Planeamento e Desenho Urbano
6.	Melhor Mobilidade, Menos Tráfego
7.	Ação Local para a Saúde
8.	Economia Local Dinâmica e Sustentável
9.	Equidade e Justiça Social
10.	Do Local para o Global

Administração Central e principais parceiros sociais. A temática em torno do desenvolvimento sustentável passou a suscitar uma maior atenção e interesse por parte dos decisores políticos e a integração deste conceito nas políticas e documentos estratégicos foi um imperativo.

Mais tarde, e no sentido de dar expressão prática aos compromissos internacionais assumidos pelo nosso país, no âmbito da ONU e da União Europeia (UE), foi desenvolvida a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS). A ENDS corresponde a uma estratégia global de desenvolvimento que abrange o período compreendido entre 2005 e 2015 e apresentava como objetivo principal o de "retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social". Esta estratégia pretendia, no essencial, operacionalizar as questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável. No entanto, neste momento de início do primeiro semestre de 2012, e em função das vicissitudes políticas, e fundamentalmente económicas, tudo pode ser posto em causa em termos dos pressupostos e objetivos que se pretendiam.

A Agenda 21 Local pode contudo, e mesmo neste contexto de dificuldades, configurar-se como o principal instrumento mobilizador da sociedade portuguesa, dos diferentes parceiros sociais e, individualmente, de cada cidadão, para os desafios emergentes do desenvolvimento sustentável, aplicando as orientações da ENDS, mas numa escala de análise local¹.

¹ De acordo com o último levantamento realizado (Macedo *et al*, 2012), cerca de 167 municípios portugueses tinham avançado no processo de implementação de uma Agenda 21 Local, encontrando-se cada um deles em diferentes fases de evolução, observando-se também que cerca de 21 freguesias apresentavam também a sua própria Agenda 21 Local. Ainda assim, apesar do número crescente de municípios portugueses a adotar uma Agenda 21 Local, Portugal continua a ser o país da Europa com um menor número de processos de Agenda 21 Local, daí resultando uma necessidade crescente de implementação, até porque é à escala local que todo o processo de desenvolvimento local é melhor constatado e valorizado pelos cidadãos.

2. A Agenda 21 Local e a integração com os outros instrumentos de planeamento territorial

Nos últimos anos a sociedade portuguesa em geral, e muitos responsáveis políticos em particular, têm-se confrontado com o facto de o planeamento tradicional apenas se ocupar da regulação de elementos físicos no território, não se discutindo nem implementando uma visão de planeamento estratégico que procure definir um projeto de desenvolvimento sustentado para o território, assim como o de fortalecer as posições competitivas e a qualidade de vida dos cidadãos.

Neste quadro de análise, não pode deixar de ser realçado o facto de, num contexto de competitividade territorial que cada vez é mais pronunciado tanto a nível municipal como a nível regional, a perplexidade de se constatar que os planos meramente reguladores do uso do solo continuarem a revelar-se a cada dia mais ineficazes, muito pelo facto de estes não comportarem objetivos de promoção económica, coesão social e de desenvolvimento urbano sustentado.

Um número muito significativo de municípios portugueses não dispõe de instrumentos estratégicos orientadores do seu desenvolvimento a médio ou longo prazo. Assim, e face às aceleradas mudanças sociais e económicas observadas num quadro de relativa ineficácia que os instrumentos de planeamento tradicionais apresentam, a aplicação das metodologias do planeamento estratégico às políticas de desenvolvimento territorial, tem sido apontada como uma solução pragmática e funcional na resposta aos contínuos desafios com que as comunidades territoriais se deparam, especialmente em meio urbano.

Deste modo, e enquanto o planeamento tradicional se ocupa especialmente da regulação de elementos físicos no território (referenciação espacial dos usos e das atividades, definição das áreas de proteção, entre outras), uma visão de planeamento estratégico procura definir um projeto de desenvolvimento sustentado para o território, assim como fortalecer a sua posição competitiva e a qualidade de vida dos seus residentes.

Tendo em consideração que os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), enquanto planos de uso do solo não satisfazem todos os desafios colocados pelo desenvolvimento sustentável e visto que os processos de participação alargada recomendados pela Agenda 21 Local se revelam insuficientes em determinados pontos da sua realização, foi definido, para uma aplicação no Município da Figueira da Foz,

que os princípios estratégicos de sustentabilidade da Agenda 21 Local fossem integrados nos vários PMOT, bem como os próprios mecanismos de participação, num novo conceito de partilha de poder e num novo processo de cidadania e co-responsabilização que estas apresentam.

Com base nestes pressupostos, foi apresentado um projeto integrado de desenvolvimento para o território da Figueira da Foz, assente numa metodologia de planeamento estratégico, ancorado na filosofia participativa da Agenda 21 Local, procurando, deste modo, efetuar a integração entre esta e os instrumentos de ordenamento territorial deste Município.

3. O papel do Geógrafo na contemporaneidade: desafios no Ordenamento e Planeamento do Território

A Geografia, enquanto ciência que estuda a localização e distribuição dos fenómenos, procura auxiliar o Homem no conhecimento do meio, do seu habitat, isto de modo a que possa apropriar-se mais facilmente do seu espaço nas suas diferentes escalas. A geografia procura também, através do estudo da estrutura dos territórios e do espaço, identificar os seus condicionalismos e potencialidades (físicas ou humanas), de modo a poder orientar o Homem na sua localização, nas suas atividades económicas, sociais e culturais.

Ao longo dos anos, a Geografia e o trabalho desenvolvido pelos geógrafos, tem sofrido várias vicissitudes, que se relacionam em grande parte com as exigências (procura) e transformações que a sociedade impõe no território e que obrigam a uma constante renovação das formas de encarar o espaço geográfico - espaço a descobrir, descrever e ordenar (GASPAR, 2000).

Na atualidade, e fazendo uso das mais recentes ferramentas tecnológicas, o Geógrafo tem vindo a olhar para o território, não só como um espaço que interessa descobrir, descrever e analisar, mas essencialmente como um espaço que precisa de ser planeado e ordenado (TOMÉ e REIS, 2001). De facto, o campo de análise e de trabalho do geógrafo tem-se alargado e adaptado a fim de fornecer respostas pertinentes em diferentes contextos sócio-espaciais e temporais.

A sua abrangência interdisciplinar, o conhecimento alargado sobre as dinâmicas territoriais e o seu crescente contributo para a resolução dos problemas da sociedade moderna, tem levado a que a presença

dos geógrafos seja cada vez mais efetiva nas equipas de planeamento e ordenamento, onde a elaboração de estudos e pareceres relacionados com a gestão territorial à escala nacional, regional, e local se tornam indispensáveis à resolução dos problemas com que se deparam os territórios e os indivíduos.

A importância crescente da Geografia e do trabalho dos geógrafos é salientada por PAREDES (1994), ao referir que cerca de 90% das decisões tomadas em organismos públicos com tutela sobre a gestão do território, se encontram relacionadas com a Geografia. Neste sentido, não é difícil compreender a importância que o Geógrafo assume como elemento chave no processo de tomada de decisão nos processos de planeamento, ordenamento, gestão e desenvolvimento dos territórios. Devido à sua formação académica abrangente e multidisciplinar, o Geógrafo apresenta assim competências reconhecidas capazes de intervir na identificação de diversos fenómenos que se desenrolam no espaço, desenvolvendo estudos e trabalhos sobre diversas temáticas em diferentes escalas de análise.

Por apresentar um conhecimento alargado das realidades globais e locais, o Geógrafo assume-se como um profissional bem capacitado para desenvolver e liderar processos de Agendas 21 Local, incorporando os ideais "pensar global, agir local" amplamente difundidos no documento estratégico aprovado na Conferência do Rio, em 1992. Além disso, como conhecedor das dinâmicas territoriais, dos problemas e potencialidades dos territórios, o Geógrafo apresenta competências para mobilizar o desenvolvimento sustentável, através da conciliação das três principais dimensões: a viabilidade económica, a preservação das condições ambientais e a defesa do bem-estar social. Estas vertentes da sustentabilidade, amplamente difundidas nos processos de Agenda 21 Local, requerem a identificação de problemas e o delinear de estratégias para colmatar esses problemas e programar ações e projetos que mobilizem a população local na construção de comunidades e territórios sustentáveis.

Neste sentido, o seu método de observação, o trabalho de campo, a sua linguagem e representações, fazem do Geógrafo um especialista do território, algo que julgamos essencial para o desenvolvimento de uma Agenda 21 Local dinâmica, assente numa forte análise e diagnóstico territorial, interpretação de fenómenos em termos espaciais e temporais e formulação de estratégias de futuro baseadas na sustentabilidade local, fomentando a participação de todos os que intervêm e vivem os territórios.

4. Filosofia de um projeto integrado de planeamento e ordenamento do território no Concelho da Figueira da Foz. Uma abordagem na perspetiva de um geógrafo.

O delinear de um projeto de planeamento estratégico do território, tendo como pressupostos fundamentais um desenvolvimento futuro sustentável do Concelho da Figueira da Foz, foi o desafio proposto, no ano de 2011, a uma equipa constituída maioritariamente por geógrafos.

A sua formação científica, a abordagem e visão holística, integradora e interdisciplinar característica do trabalho do geógrafo, habilitava-o a poder participar numa grande diversidade de estudos e projetos diretamente relacionados com o território, valorizando o seu método de observação, trabalho de campo e investigação em diferentes escalas de análise.

É inquestionável que ao longo das últimas décadas, no Município da Figueira da Foz, muitos dos projetos têm vindo a ser desenvolvidos de modo desarticulado, sem que nunca se tenha observado um projeto estruturado em termos de planeamento e or-

denamento do território, mas também do desenvolvimento económico.

Caracterizado por uma estrutura física muito particular e com muitas especificidades biofísicas, bem como por algumas dificuldades em termos socioeconómicos (laborais e sociais), a Figueira da Foz assume-se como um dos sectores do território nacional onde a aplicação do conceito de "cidade sustentável" se apresenta como muito interessante, sendo possível vir a perspetivar-se, em simultâneo, um novo paradigma de desenvolvimento territorial assente nos princípios de sustentabilidade, coesão, cooperação e transparência (CORDEIRO e BARROS, 2011 a).

O desafio de desenvolver um projeto que visa a implementação de uma lógica de cidade sustentável num território coeso, assentou em três pilares fundamentais: a "garantia das necessidades dos cidadãos", o "espaço público" e as "atividades económicas" (Figura 1). Estas peças fulcrais vão ser os alicerces do quarto pilar, que é indubitavelmente o centro de todo o projeto, ou seja, o cidadão da Figueira da Foz, nas respostas em termos de "realização profissional", "qualidade de vida" e de "cidadania". Parece ser inquestionável que todos estes pilares se encontram relacionados entre si

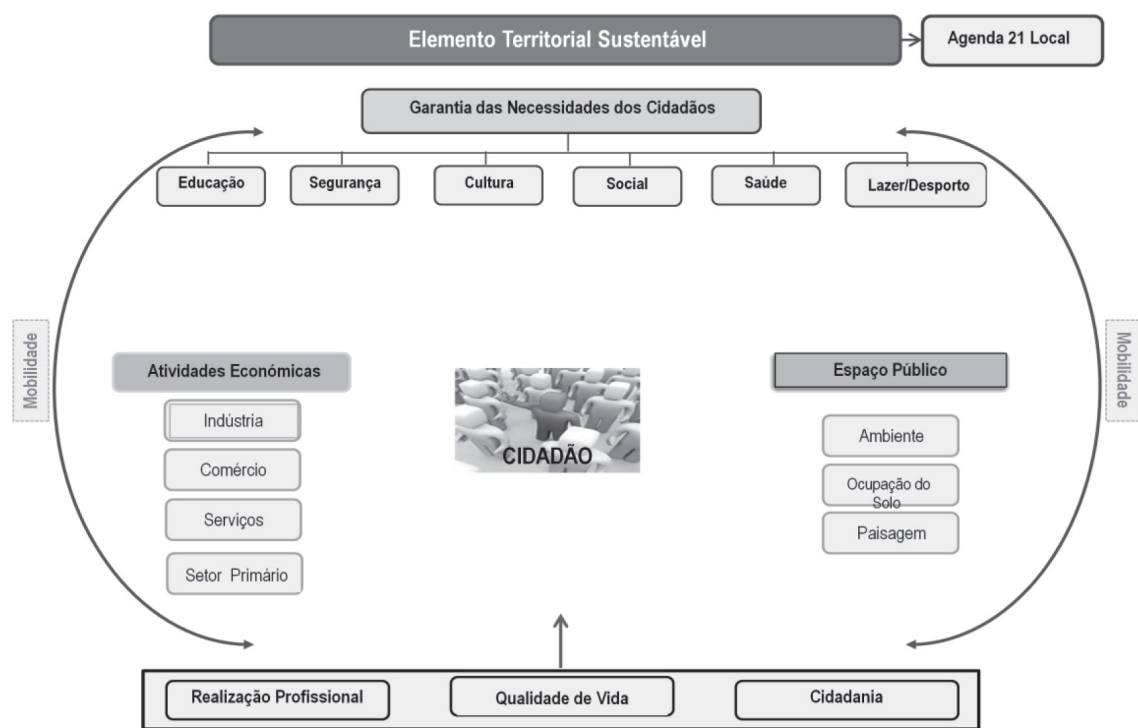


Figura 1
Figueira da Foz: Cidade Sustentável, Território Coeso. Sistematização do Projeto Estratégico.

pelo fator associado à mobilidade, aqui entendida tanto em sentido restrito, como em sentido lato, algo que no caso do território da Figueira da Foz merece desde há muito e, por variadas razões, um profundo debate. Deve ainda ser salientado que pela primeira vez no Município, um projeto se encontra a ser desenvolvido através de um processo baseado na democracia participativa, onde o cidadão assume um papel fulcral na definição das prioridades de intervenção e em que os processos são debatidos e tratados com total transparência.

O projeto “Figueira da Foz. Cidade Sustentável, Território Coeso”, poderia ser efetivado num contexto habitual dos pressupostos e de lugares comuns sobre a Figueira da Foz ou mesmo sobre o que são propostas estandardizadas de desenvolvimento sustentável. Optouse, pelo contrário, por realizar um longo e participado processo de definição do que deverá ser o Município nas próximas décadas, assente numa filosofia de “Cidade Sustentável” e apresentando como uma primeira alavanca o desenvolvimento de uma Agenda 21 Local e um Plano Estratégico que procuram definir as linhas orientadoras para o desenvolvimento sustentável e equilibrado deste território (Figura 2). Estes instrumentos procurarão fazer o diagnóstico da situação atual do município e promover a discussão em torno das grandes opções estratégicas de futuro para este município.

Deste modo, deve ser referido de imediato que a tarefa de implementação da Agenda 21 Local, assenta num projeto mais vasto de ordenamento do território municipal, onde a visão abrangente e integradora dos geógrafos tem vindo a assumir um papel fundamental.

Neste contexto, o processo da Agenda 21 Local deverá culminar com a revisão do atual PDM (que se encontra a decorrer desde 1998), o qual assumirá uma lógica de pensar e construir território, segundo uma filo-

sofia de território (e cidade) sustentável. Deste modo, a Agenda 21 Local da Figueira da Foz funcionará como um plano que deverá culminar com a definição das linhas estratégicas de desenvolvimento para o Município, com visões a médio e/ou longo prazo. Este projeto assumirá uma importância decisiva em todo o processo de planeamento e ordenamento do território do Município da Figueira da Foz, assente numa forte governação local participada, que venha a contribuir para a definição dos problemas que afetam o Município e identifique as forças, recursos e visões a longo prazo no sentido da sustentabilidade local.

Apesar do processo de Agenda 21 Local não seguir normas e padrões rígidos para a sua implementação, esta deve ser baseada num processo que envolve (SELMAN, 2000):

- O compromisso dos vários intervenientes do território na preparação de um plano de ação de longo prazo visando o desenvolvimento sustentável;
- A consulta à comunidade e às organizações de âmbito local;
- O diagnóstico participado das condições sociais, económicas e ambientais e das necessidades locais;
- A construção participada da visão e dos objetivos locais;
- A realização de processos de acompanhamento e de avaliação, assim como, de informação do processo.

Pretende-se que o processo de implementação de uma Agenda 21 Local no Município da Figueira da Foz corresponda a uma abordagem diferente dos modos tradicionais que se tem vindo a assistir um pouco por todo o mundo, privilegiando-se a visão e metodologia

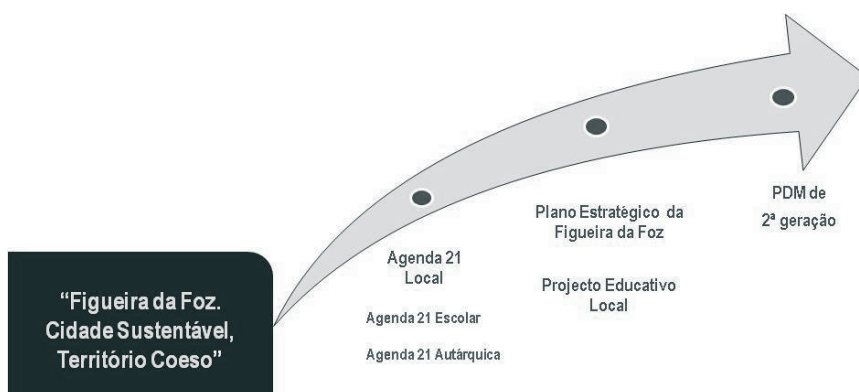


Figura 2
Principais etapas do Projeto Estratégico para o Município da Figueira da Foz

de trabalho do geógrafo no que concerne à sua análise integrada do território e dos sistemas humanos que nele se localizam.

Deste modo, a projetos como o “Atlas Ambiental Urbano”, o “Laboratório Ambiental Concelhio” ou a definição da “Estrutura Ecológica Concelhia e Urbana” vão associar-se trabalhos relacionados com a área da Educação, como são os casos do desenvolvimento de um “Projeto Educativo Local” ou da própria revisão da “Carta Educativa Municipal”, do Desporto, como são os casos da “Carta de Equipamentos Desportivos Artificiais” e do “Plano Estratégico de Desporto Náutico e de Aventura”, ou mesmo da área social, com o desenvolvimento da “Carta Social Dinâmica”.

Nesse sentido, julgou-se que seria fulcral a integração na discussão de temáticas como as cidades saudáveis ou a mobilidade, as quais têm vindo a ser assumidos inúmeras vezes de forma isolada, pelo que, ao serem equacionados através de uma nova filosofia de atuação, integrada e planeada, passam cada um deles a ser entendido como mais uma das peças-chave de todo o processo de ordenamento e planeamento deste território.

Aliás, o próprio Plano Estratégico de Desenvolvimento (no qual se encontra integrado o “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo” e o “Plano de Valorização Turística da Ilha da Morraceira”) e todos os projetos associados à arquitetura e ao urbanismo - “Concurso Internacional para a Praia da Figueira e Buarcos”, o “O Sector Ribeirinho, Novas Urbanidades” e “Regeneração e Reabilitação Urbana da Figueira Velha”, - encontram-se interligados, algo que só se tornou possível devido à visão, abrangência e interdisciplinaridade características do trabalho do geógrafo.

5. A Agenda 21 Local como instrumento de planeamento estratégico para o Município da Figueira da Foz

A Agenda 21 Local da Figueira da Foz pretende contar com o envolvimento dos principais atores com influência no desenvolvimento do território municipal, assim como de todos os cidadãos deste município, que têm vindo a ser convidados a participar em todas as fases do projeto e nas inúmeras atividades associadas que se têm realizado.

O projeto tem assim procurado, à semelhança do observado noutros territórios nacionais, mobilizar as capacidades institucionais bem como as da sociedade civil local num processo transparente, eficiente, construtivo

e virado para a ação, tendo por objetivo fundamental aumentar a qualidade de vida da população presente sem hipotecar a qualidade de vida das gerações futuras (FARINHA, 2005; CORDEIRO e BARROS, 2011b).

O objetivo fulcral da Agenda 21 Local da Figueira da Foz consiste na tentativa de concretizar a melhoria da qualidade de vida futura dos cidadãos do território. Este é o objetivo geral que poderá ser visível nos objetivos estratégicos definidos, que passam, por:

- Conhecer e identificar os principais problemas económicos, sociais e ambientais que têm vindo a condicionar o desenvolvimento do Município;
- Debater soluções para esses problemas, bem como identificar as soluções a pôr em prática pela comunidade;
- Incentivar a cidadania e a participação pública, contribuindo assim para uma democracia participativa;
- Definir um rumo e uma estratégia integrada, envolvendo a autarquia local, técnicos, instituições da sociedade civil e, em particular, os cidadãos;
- Criar condições de base para se observar um aumento dos níveis de confiança e otimismo dos cidadãos em matéria de desenvolvimento sustentável;
- Inovar nas políticas locais e encontrar soluções criativas e mais eficientes a nível ambiental, económico e social;
- Garantir uma melhor qualidade de vida para a população local, criando oportunidades em termos de emprego, habitação, equipamentos coletivos, melhores serviços de saúde, educação, cultura, social, bem como de espaços verdes, um ambiente saudável e sustentável para todos.

Muito para além de se realizar e aprovar um plano com linhas estratégicas de desenvolvimento sustentado, pretendeu-se valorizar a Agenda 21 da Figueira da Foz enquanto processo, procurando aprofundar a democracia participativa, envolvendo cidadãos e instituições nos processos de decisão, criando mecanismos de transparência e partilha de responsabilidades, num território onde os cidadãos estão ainda pouco habituados a desenvolver projetos nesta lógica (dinâmica e participativa). A metodologia proposta teve em consideração as características singulares do Município, em particular das condicionantes biofísicas, bem como a necessária articulação com os outros instrumentos de planeamento já existentes bem como aqueles que de-

verão vir a ser criados ou revistos. Deste modo, pretendeu-se apresentar uma metodologia algo inovadora e multisetorial, através:

- Da criação de fóruns de debate e participação pública em torno dos temas relevantes para o Município - não só os temáticos, mas também por unidades territoriais;
- Do diagnóstico seletivo e da definição dos vetores estratégicos;
- Da identificação de metas e visões de futuro;
- Da definição e implementação de um "Plano de Ação", com adequada monitorização.

Num primeiro momento, e em função das sensibilidades recolhidas nas reuniões realizadas nas 18 freguesias do Concelho, e onde se observou a participação de cerca de dois milhares de cidadãos, foi decidido integrar e desenvolver as quatro vertentes da sustentabilidade plasmadas nos vários documentos de referência para a temática do desenvolvimento sustentável (Figura 2). A estas quatro vertentes, optou-se por integrar a dimensão uso do solo e ordenamento do território (proposta efetuada pelos cidadãos), valorizando-se as questões da localização e organização espacial como

garantes da elevação da qualidade de vida dos cidadãos e do próprio desenvolvimento económico.

Neste sentido, o **Ambiente** surge como uma das preocupações centrais de análise e de procura de respostas no sentido do desenvolvimento territorial sustentável da Figueira da Foz. A qualidade ambiental, as energias alternativas, a gestão dos resíduos e os espaços verdes são alguns dos temas de destaque para a garantia de um território ambientalmente sustentável. Inserido neste vetor da Agenda 21 Local, foram já realizados debates e conferências com os jovens do ensino secundário e básico do concelho, como por exemplo as conferências "Figueira da Foz. O desafio da construção de uma Cidade Sustentável" e "O contributo dos estudos topoclimáticos para o ordenamento do território" (nesse particular direcionadas aos currículos das ciências da terra - geografia, biologia, geologia-). Numa abrangência mais vasta e aberta à participação dos autarcas e da população local em geral, realizou-se uma conferência sobre "Ambiente e Políticas Autárquicas". Em paralelo, realizaram-se ações de sensibilização ambiental com funcionários da Autarquia, no âmbito do que foi designado de "Agenda 21 Autárquica", encontrando-se

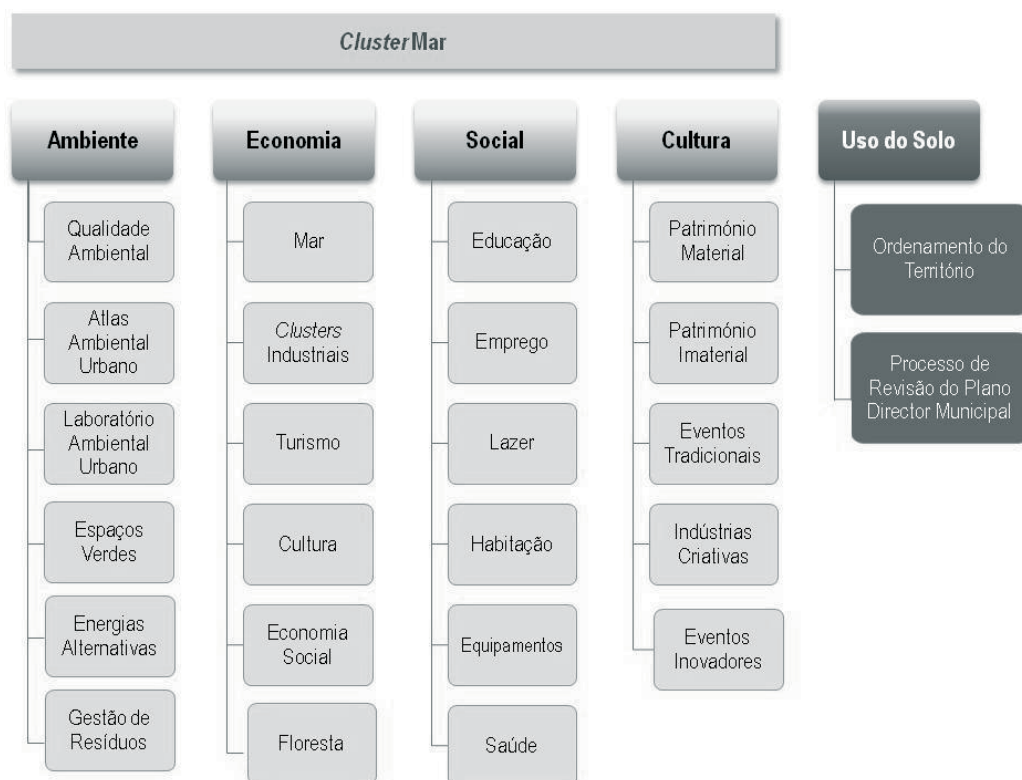


Figura 2

Vertentes da sustentabilidade da Agenda 21 Local da Figueira da Foz (modificado de CORDEIRO (COORD), 2011).

em desenvolvimento alguns projetos que privilegiam as questões ambientais deste concelho, como é o caso da realização do “Atlas Ambiental Urbano”, que tem como pressupostos o desenvolvimento das bases para um conhecimento amplo e qualificado do ambiente urbano, pretendendo-se que constitua um documento de referência para os agentes de planeamento urbano, tudo numa lógica de plataforma de informação interdisciplinar (MARQUES *et al*, 2011).

Aliás, conscientes desta realidade e da sua importância na construção de uma imagem de território sustentável e de elevada preocupação com a proteção ambiental no Município da Figueira da Foz, encontra-se, também em fase avançada de implementação, um “Laboratório Ambiental Urbano” que será constituído por uma rede de monitorização automática e remota das condições meteorológicas e da qualidade do ar, localizados em diferentes contextos topoclimáticos do território concelhio (MARQUES *et al*, 2011).

As **atividades económicas** constituem um excelente indicador para avaliar a dinâmica dos territórios. Num contexto de crescente competitividade territorial, o perfil de especialização, os padrões de localização das empresas refletem as oportunidades que as cidades oferecem às pessoas e às organizações que aí desenvolvem as suas atividades. A existência de atividades geradoras de bem-estar material e de emprego são uma condição essencial para o desenvolvimento dos territórios. Nesta vertente encontra-se em fase final de elaboração o “Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico”, assim como já foi apresentado aos *stakeholders* e ao executivo camarário o “Plano Estratégico de Turismo” e o “Plano de Valorização Turística da Ilha da Morraceira” (CORDEIRO *et coll*, 2012).

A existência de **condições sociais** que assegurem a satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, habitação e equipamentos assumem uma importância vital no processo de desenvolvimento territorial, razão pela qual os cidadãos devem ter papel fulcral na sua definição e na sua própria orientação. No âmbito deste vetor estratégico enquadra-se todo um conjunto de projetos que relacionam as questões sociais, culturais, desportivas com o ordenamento do território e o desenvolvimento sustentável (CORDEIRO e BARROS, 2011b). Estes projetos encontram-se ligados, quer à Educação, como a “Agenda 21 Escolar” e o “Projeto Educativo Local”, quer os relacionados com a saúde “Projeto Cidades Saudáveis”, com a área social “Carta Social Dinâmica”, com o desporto “Carta de Equipamentos Desportivos Artificiais” e “Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Despor-

tos Náuticos e Aventura” (CORDEIRO *et coll*, no prelo); CORDEIRO Coord., no prelo) e também com a proteção civil, através do “Plano de Emergência e Proteção Civil” (CORDEIRO, Coord., 2011).

As questões relacionadas com a **Cultura**, hoje entendida como um pilar de importância estratégica para o desenvolvimento sustentável deverão englobar os aspetos relacionados com o património material e imaterial, com os eventos tradicionais, com a indústria e produção criativa e os eventos inovadores, e para a qual foram sendo organizadas conferências numa lógica das relações entre “Cultura e Poder Local”. No âmbito deste vector encontram-se a ser elaboradas as Cartas Arqueológicas e de Património do Município, assim como o inventário de todo o património imaterial do Concelho.

Por fim, a introdução do vetor **Uso do Solo** na Agenda 21, por parte dos cidadãos, reveste-se de uma importância acrescida, num momento em que se pretende potenciar o aproveitamento das infraestruturas existentes, procurando preservar os recursos, que, no caso do território municipal, afiguram-se como bastante vulneráveis. Um dos objetivos consiste em integrar a dimensão da sustentabilidade nos vários instrumentos de Ordenamento do Território deste município, que serão revistos ou criados com a participação da comunidade local, observando-se neste contexto o desenvolvimento da Carta de Servidões e Condicionantes do Concelho.

O grande desafio da atualidade em termos territoriais consiste na construção de comunidades urbanas onde os cidadãos vivam e realizem as suas atividades profissionais com qualidade de vida. A questão da governança urbana passa também pela participação cívica enquanto meio de fazer sentir aos cidadãos que são elementos ativos e influentes na cidade. Por este motivo, reveste-se de especial importância uma aposta nas abordagens inovadoras e proactivas baseadas no envolvimento ativo e participativo dos cidadãos no processo de desenvolvimento urbano sustentável.

De facto, um dos aspetos que se pretende valorizar no processo da Agenda 21 Local da Figueira da Foz é fomentar a participação pública em todas as fases dos projetos, promovendo-se a discussão e debate de ideias entre os cidadãos. De acordo com a Agenda 21 um dos pré-requisitos fundamentais para atingir o desenvolvimento sustentável é a existência de uma participação pública alargada nos processos de decisão (CORDEIRO e BARROS, 2011).

O Capítulo 28 da Agenda 21 refere que “através da consulta e de consensos, as autoridades locais ouvirão os cidadãos e as instituições locais, cívicas, comu-

nitárias, organizações empresariais e industriais, a fim de adquirir os conhecimentos necessários para formular as melhores estratégias” (WCED, 1992). Neste sentido, existiu a necessidade de um aglutinar da população da Figueira da Foz em torno da sua participação ativa no processo da Agenda 21 Local.

Para tal, foi idealizado um plano de comunicação cujo objetivo foi o de sensibilizar, divulgar e informar todas as atividades que fossem sendo desenvolvidas no âmbito da Agenda 21 Local. Este plano destina-se a promover a divulgação de todo o processo, com vista a uma significativa participação da população no sentido da definição dos problemas e na formulação de soluções para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Durante todo o período de elaboração da Agenda 21 Local, a população da Figueira da Foz tem sido e continuará a ser convidada e incentivada a participar nas várias etapas do processo, as quais observam várias formas de intervenção: sessões de debate e reflexão nas freguesias; fóruns de participação e sessões temáticas; conferências; preenchimento dos inquéritos sobre qualidade de vida e comportamentos sustentáveis; entrevistas aos principais atores locais e envio de sugestões através do *website* e do correio eletrónico, onde se apela à comunicação interativa com todos os utilizadores (CORDEIRO e BARROS, 2011). A calendarização de todas as atividades a realizar, as notícias, os documentos de referência em matéria de sustentabilidade e as ligações úteis serão outros aspetos a valorizar nesta plataforma.

A divulgação de informação nos meios de comunicação social será também uma peça fulcral para a implementação da Agenda 21 Local. Para tal desenvolveu-se um conjunto de parcerias com a imprensa local e regional, no sentido de divulgar as atividades que vão sendo desenvolvidas no âmbito deste projeto. Também, a colocação de *posters* alusivos à Agenda 21 Local (assim como de *Mupis* e painéis eletrónicos), a distribuição de folhetos informativos e o envio de *newsletters* com informação relevante sobre o projeto são também uma maneira de familiarizar a população com o processo, despertando o interesse para estas temáticas e facilitando a sua participação nos debates sobre o futuro do Município. Através destes e de outros meios pretende-se a participação efetiva da população que reside ou trabalha no Município da Figueira da Foz.

Espera-se, portanto, que a implementação da Agenda 21 Local da Figueira da Foz por uma equipa constituída por geógrafos, seja um importante ponto de viragem, fomentando a participação e cidadania ativa na procura de soluções que garantam uma melhoria da

qualidade de vida de todos os cidadãos deste Município e possa mesmo assumir-se como uma peça fulcral no desenvolvimento do Plano Estratégico e de todo o processo de revisão do Plano Diretor Municipal.

Considerações finais

O processo de implementação de uma Agenda 21 Local, por não obedecer a um quadro normativo, assume um desafio muito estimulante em termos da procura da definição de uma metodologia que, por um lado siga as orientações das estratégias europeias e nacionais, e por outro, seja adaptada à realidade do território e dos seus mecanismos de ordenamento territorial.

Num momento em que se pretende implementar uma Agenda 21 Local, e logo num Município com pouca tradição em projetos desta índole, tem-se vindo a ensaiar a metodologia a utilizar e a integração desta ferramenta com outros instrumentos de planeamento e ordenamento territorial.

O caminho que vai sendo percorrido, tenderá, em cada momento, a incluir novas reflexões e contribuições, desenhando-se, assim, no quadro lógico de que apenas a “caminhar” é possível identificar as condições mais favoráveis e os destinos mais desejáveis.

O desafio proposto a uma equipa de geógrafos de implementar uma Agenda 21 Local constitui a oportunidade de desenvolver um projeto estratégico de desenvolvimento para o território concelhio da Figueira da Foz. No sentido do que foi anteriormente referido, pretende-se com este *paper* divulgar, e trocar ideias com todos aqueles que têm vindo a desenvolver projetos idênticos. De facto, a definição de um projeto desenvolvido por esta equipa de geógrafos, privilegiou o desenvolvimento de uma grande variedade de temáticas, algo que se deve à sua formação abrangente e interdisciplinar.

A Agenda 21 Local, encarada como um primeiro momento do Projeto Estratégico “Figueira da Foz. Cidade Sustentável, Território Coeso” deverá corresponder a um processo participado que consiga envolver os principais atores com influência no desenvolvimento do território municipal, assim como todos os cidadãos deste município, que serão convidados a participar em todas as fases deste processo.

Pretendeu-se, e num quadro mais vasto de planeamento estratégico territorial, atingir os objetivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um plano de ação estratégico de médio e longo prazo dirigido às prioridades locais para

o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos do Município da Figueira da Foz.

Neste contexto, o projeto em desenvolvimento pretende equacionar as questões em torno da sustentabilidade do planeamento e da gestão urbana, como uma alavanca que conduza à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da Figueira da Foz, isto em todas as componentes envolvidas. Pretende-se, assim, implementar um produto económico, criar e qualificar emprego e, simultaneamente, minimizar os impactos sociais e ambientais desse crescimento, mas numa nova lógica de governança e partilha de poder.

Assume-se, assim, que o desafio centrado na construção de um território municipal da Figueira da Foz sustentável e coeso deverá ser integralmente de todos: autarcas democraticamente eleitos, responsáveis das diferentes instituições e, em especial, cidadãos do Município, e onde os geógrafos assumem um papel decisivo na articulação estruturada de todo o processo.

Bibliografia

- AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2007) - *Guia Agenda 21 Local um desafio de todos - Manual*. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, 45 p.
- CORDEIRO, A. M. Rochette e BARROS, Cristina (2011a) - "Uma cidade sustentável, um território coeso: o exemplo da Figueira da Foz. Filosofia de um projeto integrado de planeamento e ordenamento do território". *Actas do 17º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) e 5º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza*, Bragança-Zamora, pp. 1336-1345.
- CORDEIRO, A. M. Rochette e BARROS, Cristina (2011b) - "A Agenda 21 Local numa lógica da necessidade de implementação de um plano estratégico para um Município: O caso da Figueira da Foz". *Actas do 17º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) e 5º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza*, Bragança-Zamora, pp. 1114-1126.
- CORDEIRO, A. M. Rochette; PAREDES, Liliana e ALVES, Carolina (in press) - "A Ilha da Morradeira (Figueira da Foz) como potenciadora de turismo sustentável. Uma proposta de intervenção integrada". *Conferência Nacional sobre Sustentabilidade no sector do Turismo, 2011, APEA* - Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente. Évora.
- CORDEIRO, A. M. Rochette et coll (2011) - *A Agenda 21 Local numa lógica de Plano Estratégico para a Figueira da Foz. Documento geral de apresentação do projeto*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CORDEIRO, A. M. Rochette et coll (2011 b) - *Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município da Figueira da Foz*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CORDEIRO, A. M. Rochette (Coord.) (2012) - *Plano de Valorização Turística da Ilha da Morradeira. Novas utilizações do potencial endógeno do Salgado da Figueira da Foz*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CORDEIRO, A. M. Rochette (Coord.) (no prelo a) - *Carta dos Equipamentos Desportivos do Município da Figueira da Foz*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CORDEIRO, A. M. Rochette (Coord.) (no prelo b) - *Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Desportos Náuticos e de Aventura*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CORDEIRO, A. M. Rochette; MARQUES, D. e GANHO, N. (2011) - "Monitorização Ambiental do Município da Figueira da Foz (Portugal)". *Actas do 17º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) e 5º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza*, Bragança-Zamora, pp. 1346-1352.
- ESTARELLAS, Pere et al. (2005) - "Agenda 21: subsidiariedad y cooperación a favor del desarrollo territorial sostenible". *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 39, Madrid pp. 423-429.
- FARINHA, J. (2005) - *Agenda 21 Local - Guia Metodológico de Apoio para Contextos Rurais e de Forte Interioridade*. Associação de Municípios do Distrito de Évora e Diputación de Badajoz, Évora, 57 p.
- GASPAR, J. (2000) - *Perspectivas da geografia para o século XXI*. Apontamentos de Geografia, Série Investigação, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 14 p.
- INTERNATIONAL COUNCIL FOR LOCAL ENVIRONMENT INITIATIVES (2001) - *Second Local Agenda 21 Survey - background*, paper nº 15. United Nations Department of Economic and Social Affairs, New York, 29 p.
- MACEDO, M; PINTO, M; MACEDO, P. e SILVA, M. (2012) - "Agenda 21 Local em Portugal. Balanço realizado com base na comunicação através da internet". Grupo de Estudos Ambientais, Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa". Disponível em <http://www.agenda21local.info>.
- MARQUES, D.; GANHO, N. e CORDEIRO, A. M. Rochette (2011) - "Campo térmico da baixa atmosfera urbana em condições de acentuado arrefecimento noturno - O caso da Figueira da Foz (Portugal)". *Actas do 17º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) e 5º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza*, Bragança-Zamora, pp. 1127-1136.
- MARQUES, D. (2012) - *Contributo da Climatologia para a Sustentabilidade Urbana - O caso da Figueira da*

- Foz. Dissertação de Mestrado em Geografia Física apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 193 p.
- PAREDES, E. (1994) - *Sistema de Informação Geográfica. Princípios e Aplicações (Geoprocessamento)*. Editora Érica, São Paulo, 675 p.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2006) - *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015*. Lisboa, 145 p.
- SELMAN, P. (2000) - "A Sideways Look at Local Agenda 21". *Journal of Environmental Policy & Planning*, 2:1, pp. 39-53.
- SCHMIDT, Luísa; GUERRA, João e NAVE, Joaquim (2005) - *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável - Agenda 21 Local e novas estratégias ambientais*. Fronteira do Caos, Porto, 154 p.
- TOMÉ, Ricardo e REIS, Paulo (2001) - "Os geógrafos no ordenamento e gestão do território: domínios de intervenção". *Inforgeo*, 16/17, Edições Colibri, Lisboa, pp. 177-189.
- VASCONCELOS, L. (2003) - "O Território em Contextos Expandidos de Participação - O Desenvolvimento Sustentável Local". In CAETANO, Lucília (Coord.) - *Território, do global ao local e trajetórias de desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra., pp. 277-289.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (1987) - The Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. Consultado em <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (1992) - Agenda 21. Consultado em <http://www.un-documents.net/agenda21.htm>.